

Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal

Jocélio Teles dos Santos¹
Delcele Mascarenhas Queiroz²

Introdução

A Universidade Federal da Bahia implantou, no ano de 2005, um sistema de reserva de vagas para alunos que tenham cursado os três anos do ensino médio e mais um ano do ensino fundamental no sistema público de ensino. O sistema estabelece o percentual de 45% das vagas para todos os cursos e tem um diferencial em relação à cor do estudante. Dessa reserva, 43% são assim distribuídos: 85% destinam-se aos auto-declarados pretos e pardos e 15% aos auto-declarados brancos. Um percentual de 2% foi destinado aos índios-descendentes e uma reserva de duas vagas, em cada curso, foi destinada aos índios aldeados e estudantes vindos de comunidades quilombolas.

A reserva de vagas adotada pela UFBA implicou em mudanças significativas na forma de ingresso. O sistema tradicional, até então adotado, era amparado, exclusivamente, no critério da classificação por desempenho na primeira e na segunda fase do Vestibular. Desse modo, variáveis como cor, gênero, renda familiar ou origem escolar não tinham nenhum peso no ingresso dos estudantes. O sistema de reserva de vagas, ao contrário do anterior, incorporou candidatos que, oriundos do sistema público de ensino e tendo obtido uma pontuação mínima na primeira fase, passaram a ter condições de competir na segunda fase e, conseqüentemente, ingressar na universidade mais tradicional do estado da Bahia. A partir dos resultados do primeiro vestibular com reserva de vagas, o que podemos depreender da política adotada na UFBA e em outras universidades públicas?

A maioria das instituições que adotaram o sistema de reserva de vagas não dispunha da variável cor no formulário de inscrição do Vestibular, algo fundamental para comparar, por exemplo, o desempenho dos candidatos e dos aprovados nos dois sistemas. Somente a UFBA dispunha, desde 1998, de dados relativos à cor dos estudantes inscritos e selecionados. Das universidades que vieram a adotar posteriormente o sistema de reserva de vagas, apenas a UFPR e a UnB dispunham de dados coletados através de

¹ Professor do Depto.de Antropologia-UFBA, Diretor de Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO/UFBA

² Professora do Depto. de Educação/Campus I - Uneb

uma pesquisa realizada pelo Programa A Cor da Bahia, em 2000³. As universidades que adotaram o novo sistema não permitiram, muitas vezes, o acesso ao seu banco de dados, algo que nos possibilitaria realizar estudos comparativos e sistemáticos. A razão implícita foi a forte reação que essas instituições enfrentaram, e vêm enfrentando, tanto na mídia – editoriais de jornais e artigos de intelectuais e de cartas de leitores -, quanto em processos judiciais movidos por pais e mães de alunos preteridos.

Por outro lado, como o debate ficou restrito ao campo da política, a reflexão sobre as ações afirmativas nas universidades públicas passou a ser exercitado numa mera polarização entre os defensores e opositores ao sistema de cotas, principalmente, em espaços da mídia. Encontramo-nos perante um quadro que se, por um lado, intelectuais e, sobretudo, cientistas sociais encontram na imprensa uma maior probabilidade de divulgação de suas posições, e, diga-se de passagem, a divulgação na imprensa tem sido, em maior escala, de posições contrárias ao sistema de cotas. Por outro lado, faltam análises que possam nos oferecer instrumentos capazes de medir o impacto dessas políticas nas universidades, a forma como o sistema anterior foi ou não efetivamente alterado, e os significados advindos da substituição do sistema amparado na noção de mérito, por um sistema que introduziu as variáveis cor ou raça, origem escolar, gênero e residência como fatores a serem ponderados no ingresso. Se há posições polarizadas sobre a pertinência das ações afirmativas nas universidades públicas e o temor de alguns do que isso poderá significar para o futuro das relações raciais no país, verifica-se uma ausência analítica que nos permita fazer uma comparação dos diversos sistemas adotados nas universidades estaduais e federais. Ilustrativo, a respeito dessa ausência de análises, é o levantamento que buscou mapear a produção de pesquisas sobre negro e ensino superior no País. Examinando a produção das regiões Norte e Nordeste, apresentada no EPENN⁴, no período 1997-2005, verificou-se que num conjunto de 3.079 trabalhos, apenas dez tratavam do tema e somente sete abordavam especificamente a questão do acesso, sendo que dois deles de modo tangencial. Supomos que o quadro em outras regiões não seja diferente (Queiroz, *et. al.* 2005).

O debate nas instituições de ensino superior tendeu a reproduzir o que ainda ocorre em vários espaços da sociedade brasileira. Ao invés de um discurso analítico, manifesta-se

³ Ver Queiroz, Delcele M. *O negro na universidade*. Salvador, Série Novos Toques, 2002.

⁴ Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste.

o “opinativo”. A falta de análise fez com que as opiniões que se manifestam nas universidades brasileiras e na imprensa homogeneizassem as diferentes propostas implantadas. Afinal, como entender que cor e origem escolar sejam as variáveis significativas do novo sistema, e que algumas instituições tenham adotado uma espécie de combinatória, que envolve cor e origem escolar, e que percentuais definidos em 10% (UFSP), 20% (UERJ, UFPR, UnB), 40% (UNEB), 45%(UFBA), 25%(UNEMAT) ou pontuação (Unicamp), enquanto que em outras instituições houvesse o acréscimo de variáveis como o gênero ou local de residência (UFAL, UEAM e UFRN)?

A deficiência analítica não pode ser atribuída à falta de estudos sobre as desigualdades sócio-raciais no país. Nos anos anteriores à adoção das cotas, já haviam sido coletados e analisados dados sobre a cor dos estudantes em universidades públicas (Queiroz, 2000). Quando da apresentação dos dados nas universidades envolvidas nesse estudo (UFPR, UnB, UFRJ e UFMA), buscávamos alertar os professores e dirigentes sobre a urgência da inclusão do quesito cor nos formulários das suas instituições, pois isso possibilitaria que se dispusesse de dados mais objetivos sobre o reflexo ou a reprodução das desigualdades sócio-raciais no ambiente universitário. O que se manifestava nesse período era uma curiosidade pelos dados da pesquisa coordenada pelo Programa A Cor da Bahia e, ao mesmo tempo, receios e temores do que significaria a inclusão do quesito cor nos formulários de inscrição para o Vestibular. E nenhum de nós seria capaz de prever que a UERJ iniciaria, três anos depois, um processo que caminharia a passos largos nas nossas instituições. Até agosto de 2005, já eram 07 as universidades federais (UnB, UFPR, UFBA, UFAL, UFSP, UFPA, UFRN) e 09 as universidades estaduais (UERJ, UNEB, UEMG, UEMS, UEL, Unicamp, UNEMAT e UEAM) a adotarem diferentes percentuais para o ingresso de estudantes oriundos da escola pública e/ou negros e indígenas.

De contexto local a ressonâncias nacionais e internacionais

O ano de 1998 tornou-se um referencial para os estudos sobre desigualdades raciais no ensino superior. A divulgação da pesquisa realizada entre os selecionados naquele ano teve como consequência a aceitação legal, pela Procuradoria Jurídica, do nosso pedido de incorporação do quesito cor aos formulários de inscrição do Vestibular. Nos anos seguintes já havíamos constituído, no Programa A Cor da Bahia, uma base de dados que

nos permitiu, em 2000, alargar o escopo da pesquisa para mais quatro universidades públicas federais. Nesse período, o debate sobre a inclusão de estudantes negros nas universidades públicas começou a tomar outros contornos. Projetos de senadores e deputados começaram a ser apresentados e divulgados na imprensa.⁵ Algumas ações já se delineavam em instituições federais. O Supremo Tribunal Federal lançou, em dezembro de 2001, um edital de licitação prevendo cotas para negros em serviços terceirizados.

O Ministério da Justiça passou a determinar que o preenchimento de cargos de direção e assessoramento superior (DAS) fixasse uma cota de 20% para afro-descendentes, 20% para mulheres e 5% para pessoas portadoras de deficiência física. As licitações e concorrências públicas deveriam ter um critério que indicassem a preferência por fornecedores que comprovassem a adoção de políticas de ação afirmativa. Para a contratação de empresas prestadoras de serviços, bem como de técnicos e consultores no âmbito dos projetos desenvolvidos em parceria com organismos internacionais seria exigida a observância das mesmas metas para os cargos de DAS: 20% para afro-descendentes, 20% para mulheres e até 5% para portadores de deficiência.

Com recursos do BID, o Ministério da Educação criou o Programa Diversidade na Universidade em apoio aos cursos pré-vestibulares para alunos negros. Um ano antes, os técnicos do BID visitavam algumas secretarias de educação e buscavam informações sobre o modo como deveriam apoiar o ingresso de estudantes carentes. Em visita dos técnicos ao Programa A Cor da Bahia, chamávamos a atenção sobre a necessidade de uma política de permanência, apesar do interesse manifestado por eles ter sido, exclusivamente, a preparação para o Vestibular.

Todas essas ações inscrevem-se em um contexto marcado por demandas internas e externas. A primeira proposta de cotas para negros (20%) em universidades públicas

⁵ Projeto do Senador Abdias do Nascimento (PDT-RJ) regulamentando a criação de cotas nas instituições educacionais e nas empresas para afro-descendentes; Projeto do Deputado Federal Luiz Alberto (PT-BA) criando um Conselho Nacional, para a tarefa de selecionar projetos de ação afirmativa para negros, com recursos de um fundo nacional, criado especificamente com este fim; Projeto do senador José Sarney (PMDB-AP), prevendo uma reserva de 20% das vagas para negros nas universidades públicas e privadas e nas bolsas de educação dadas pelo governo; Projeto do senador Antero de Barros (PSDB-MT) estabelecendo uma reserva de 50% das vagas das universidades públicas do país aos afro-descendentes. Dois projetos do, então, deputado Paulo Paim (PT-RS), que prevêem cotas para negros em novelas, filmes, peças teatrais e na área publicitária; Projeto do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), prevendo que as escolas particulares filantrópicas oferecessem bolsas de estudos à população negra e carente.

federais surgiu na UnB, em 1999, apresentada ao CEPE (Conselho de Ensino e Pesquisa), pelos professores José Jorge Carvalho e Rita Laura Segato.⁶ E o documento apresentado indicava o que se reverberava no contexto acadêmico e político, após a realização de um Seminário Internacional, na UnB, promovido pelo Ministério da Justiça, em 1995. Na abertura do Seminário o presidente Fernando Henrique Cardoso dizia que os participantes deveriam encontrar soluções criativas e que o racismo era uma questão de Estado, assumindo o compromisso de desenvolver ações compensatórias para os negros brasileiros. Em agosto de 2001, ocorreria, em Durban (África do Sul), a 3ª Conferência Internacional de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com uma intensa participação de entidades do movimento negro brasileiro. Nos meses anteriores houve um intenso debate sobre reivindicações e definições conceituais como, por exemplo, o de reparação. O que ocorria no Brasil era um desdobramento de um evento ocorrido, em dezembro de 1990, em Lagos (Nigéria), quando um grupo composto por intelectuais, representantes governamentais e representantes de entidades de países africanos, dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Caribe se reuniu para discutir as dimensões históricas, jurídicas e morais do que seja a reparação. Nesse encontro criou-se um comitê internacional para a reparação e, em 1992, a Organização da Unidade Africana (OUA), com o mesmo objetivo, constituiu um grupo formado por especialistas e um secretariado executivo.⁷ Nesse período, no Brasil a discussão sobre reparação nos movimentos negros incidia sobre propostas e projetos voltados para uma indenização aos descendentes de africanos no Brasil.

A decisão do Conselho Universitário da UFBA em adotar um programa de ações afirmativas deve, portanto, ser compreendida através de uma análise marcada por uma conjuntura nacional e internacional que se retroalimenta de demandas de movimentos sociais, cada vez mais fracionados e, paradoxalmente, articulados entre si. A primeira proposta de cotas na UFBA foi encaminhada ao Reitor Heonir Rocha por um grupo de estudantes, negros na sua maioria, vinculados ao Diretório Central dos Estudantes (DCE), no ano de 2002. A resposta da Reitoria foi solicitar ao então diretor do Centro

⁶ V. José Jorge Carvalho e Rita Laura Segato. "Proposta para implementação de um sistema de cotas para minorias raciais na Universidade de Brasília. *mimeo*."

⁷ Araújo, Ubiratan C.de. "Reparação moral, responsabilidade pública e direito à igualdade do cidadão negro no Brasil", In. Gilberto V. Sabóia (org.). *Anais de Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlatas*. Brasília, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, 2001, pp.315/324.

de Estudos Afro-Orientais, Ubiratan Castro de Araújo, a coordenação de atividades visando a análise da proposta. A escolha do CEAO deve-se ao fato de que, desde 1959, esse órgão suplementar tornou-se referência sobre a problemática afro-brasileira ou africana. É importante lembrar que naquele período, duas universidades já haviam adotado o sistema de cotas, a UERJ e a UNEB. Um programa do CEAO, o CEAFFRO, voltado para a educação e cidadania de jovens e adolescentes negros passou a articular com entidades da sociedade civil a elaboração de uma Proposta de Ação Afirmativa para o acesso e permanência de negros na UFBA. Posteriormente, esse grupo passou a ser chamado Comitê Pró-Cotas.⁸ A formalização da proposta ocorreu durante um debate, promovido pelo CEAO, quando foi entregue ao Reitor o “*Documento preliminar para o debate sobre adoção de mecanismos de ampliação do acesso e permanência de negros na Universidade Federal da Bahia-UFBA*”. Nele se solicitava a constituição de um grupo de trabalho para debater com o Comitê o percentual de 40% para estudantes negros, a partir do Vestibular de 2003. Outras reivindicações constavam da proposta:

- 01) adoção das cotas para a isenção do pagamento da taxa de inscrição ao Vestibular da UFBA;
- 02) prazo de duração de 20 anos;
- 03) o mesmo percentual para os cursos de graduação e todos os de pós-graduação, assim como nos concursos para professores, e moradia nas residências universitárias;
- 04) ingresso pelo sistema de cotas através de uma média de cada curso (*sic*);
- 05) criação de uma instância na universidade, capaz de assessorar e contribuir para a conclusão dos estudos desses estudantes;
- 06) oferta de cursos, considerados de alto e médio prestígio, no turno noturno;
- 07) adoção de medidas especiais para a permanência desses estudantes, como ajuda (bolsa) alimentação e transporte;

⁸Participavam do Comitê o CENUNBA-Coletivo de Estudantes Negros Universitários da Bahia, Coequilombo-Centro de Orientação e Estudo Quilombo/Plataforma, DCE, Instituto Cultural Steve Biko, Movimento de Apoio e Respeito à Vida (MARV/Itinga) - Pré-vestibular Negros e Carentes na Universidade, MNU-Movimento Negro Unificado, Projeto Axé e Quilombo Asantewa - Curso de pré-vestibular para mulheres negras.

08) que a Reitoria, os Conselhos Superiores, as Pró-Reitoria de Extensão, de Graduação e Pós-graduação, Serviço de Seleção desenvolvam ações e propostas visando à permanência desses estudantes na UFBA até a conclusão dos cursos;

09) inclusão de novas matérias, voltadas para contemplar a pluralidade racial e cultural existente no Brasil e as novas investidas nas áreas dos Direitos Humanos e Políticas Afirmativas;

10) reativação, no curso de Pós-graduação na Faculdade de Educação, do Grupo de Trabalho formado por chefes de Departamentos na área de Ciências Humanas, para propor a oferta de disciplinas tratando das experiências africanas e afro-brasileiras;

11) reativação do Colégio Aplicação, com reserva de 40% das vagas para os filhos dos servidores negros;

12) que o Colégio de Aplicação ofereça um curso de acompanhamento seriado, com aplicação de provas a cada final de ano, aos estudantes do ensino médio, matriculados na rede pública. A partir do terceiro ano do Curso de Acompanhamento, a UFBA poderá adotar, inclusive, cotas para esse contingente de estudantes. O argumento era que algo similar ocorria na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS);

13) adoção de um programa de articulação entre a Universidade e o ensino médio, para estimular a relação dos estudantes do ensino médio com a UFBA;

14) criação de um Projeto de Tutoria de estudantes universitários negros;

15) que a Reitoria estimule a realização de uma pesquisa demográfica e racial para traçar o perfil racial e educacional dos servidores da UFBA;

16) que a UFBA sensibilize administradores, professores e estudantes em relação a importância das ações afirmativas no âmbito do Ensino Superior.

A proposta, contudo, não foi encaminhada pela administração central a outros órgãos ou instâncias superiores. Somente após a eleição do novo Reitor, Naomar Almeida Filho, o Conselho de Ensino e Pesquisa (Consepe) aprovou a formação de um Grupos de Trabalho sobre Políticas de Inclusão Social, sob a coordenação da Pró-Reitoria de

Graduação e com a participação do Diretor do CEAO, um representante do DCE e outro dos servidores. Embora constituído no segundo semestre de 2002, somente no primeiro semestre de 2003, o Grupo de Trabalho conseguiu elaborar a proposta a ser apresentada ao Consepe. Além da proposta anteriormente encaminhada pelo Ceao/Ceafro/Comitê Pró-Cotas, a atual administração central encaminhou uma proposta ao Grupo de Trabalho, denominada Programa de Ações Afirmativas – Preparação, Ingresso, Permanência e Pós-Permanência.

Além dessas duas propostas, uma nova demanda se apresentou, através de reivindicações sobre ações afirmativas para os indígenas. Atendendo à solicitação de organizações indígenas, a Reitoria indicou mais dois representantes para o GT . Os meses que se seguiram foram marcados por tensão. Os estudantes solicitaram a incorporação de mais representantes do Comitê Pró-Cotas, e ocuparam o prédio da Reitoria. Após o atendimento dessa demanda pela Reitoria, com a incorporação de mais dois representantes de entidades negras, o GT voltou a funcionar, o que não quer dizer que situações de conflito não se manifestassem, principalmente na definição de percentuais e de quais grupos de alunos seriam beneficiados pelas cotas. Uma distinção era nítida. Os representantes dos estudantes se aliavam aos das entidades negras fosse para marcar uma posição discursiva no reiterado reconhecimento da luta dos movimentos negros, fosse na posição das cotas exclusivamente para alunos negros. O argumento era que, historicamente, era a população negra a excluída, e que por isso não deveríamos adotar cotas para estudantes das escolas públicas não-negros. Os representantes da Universidade na Comissão argumentavam que, por tratar-se de uma universidade pública, se fossem excluídos os alunos brancos, oriundos da escola pública, a proposta não seria aprovada pelo Consepe, assim como seria questionada pela Procuradoria Jurídica.

Um dado interessante é que a distinção entre índios descendentes e índios aldeados, sugerida pelos representantes de organizações indígenas e, posteriormente, aprovada pelo Consepe, não provocou nenhum debate ou discussões acirradas, como se poderia supor. O acirramento de posições era nítido e tenso. Quando os representantes estudantis e dos movimentos negros não conseguiam convencer os professores, e o impasse se manifestava, eles pediam “um tempo”, saíam da sala da Pró-Reitoria de Graduação, onde ocorriam as reuniões, e iam consultar alguns militantes que estavam

acompanhando e esperando o resultado das reuniões, no corredor do prédio da Reitoria. Com algumas modificações referentes aos percentuais, a proposta da Reitoria foi aprovada no GT e posteriormente no Consep.

Antes de apresentada ao Conselho Universitário, o GT decidiu pela discussão da proposta nas Unidades que fossem estratégicas em termos de área do conhecimento e de localização, já que a UFBA tem quatro *campi*. Debates marcados, ausência constatada. O calendário dos debates foi cancelado, pois nem os estudantes, nem professores ou funcionários compareceram. No entanto, discussões acaloradas surgiram no espaço virtual.

O debate virtual

Em outubro de 2003, um professor da Faculdade de Comunicação enviou um texto para a lista docente defendendo o sistema de cotas que o GT havia discutido e aprovado. Lembrava que participou na Universidade de São Paulo de debates sobre as cotas, e afirmava que, em 1995, a reitoria da USP criou um GT sobre ações afirmativas, tendo o Comitê Pró-Cotas na USP elaborado um projeto de cotas, em 1996. Ele defendia o sistema de cotas na UFBA, “de modo emergencial”, sem excluir “negros” de “negros”, ou seja, o sistema não deveria focalizar somente aqueles oriundos das escolas públicas e pobres, e se colocava “à disposição para colaborar no que for possível, dentro da minha competência de aluno que fui e atual docente dessa importante instituição acadêmica”. As reações contrárias e a favor das cotas viriam em cadeia, a partir de um segundo texto enviado à lista docente⁹:

*" Queridos amigos,
a lógica do argumento é impecável. A discriminação realmente constitui uma dificuldade de acesso de elemento ao ensino superior. Mas por que resolver só o problema do afro-descendente? Para a mesma lógica, e desde que a posição socioeconômica não trabalhe como linha de corte, eu proponho imediatamente que outros discriminados sejam, igualmente, contemplados: cotas de 51% para mulheres; cotas de 4,7% para os descendentes de indígenas; cotas de 0,3% para pessoas que sofreram violência ou violência sexual na infância; cotas de 0,8% para cegos ou pessoas com sérias deficiências visuais; cotas de 2,1% para portadores da Síndrome de Down; cotas (ser definido) para travestis e transexuais; cotas de 1,2% para*

⁹ Os trechos citados seguem a ordem da discussão e os nomes dos professores foram por nós omitidos, posto que a lista docente é restrita ao espaço virtual da comunidade docente.

paraplégicos ou hemiplégicos; cotas de 0,1% para gogos ou pessoas afetadas para outras dificuldades semelhantes; cotas de 4,9% para vegetarianos. A lista não é certamente exaustiva. Mas certamente pode ser completado no processo de discussão. Ou será que permanece algum bom senso? Saudações,

Acrescento 3% para portadores de transtornos mentais severos e persistentes

Lamentável, professor:

Sua declaração contém a usual insensibilidade transformada em sátira inoportuna (dichote iconoclasta?) que tem ajudado a reter na enorme senzala social os negros deste país. O tema é polêmico e está longe de justificar qualquer solução simplista ou que simplesmente inverta os pólos da discriminação abjeta sempre em vigor. Posições a favor e contrária às cotas podem ser inteligentemente contrapostas. Por isso, o que mais precisamos (todos nós, negros e não negros, no Brasil) é de discussão séria e de disponibilidade para um amplo acordo reparador que seja fruto da lucidez, da diplomacia e do diálogo inteligente, visando minorar a exclusão étnica vigente. Troças, chistes, chacotas, pilhéria, ironia e irreverência em nada ajudam na resolução de uma questão sensível e importante como esta.

Se é para conceder cotas e esconder (tapar o sol com peneira) a real causa de acesso à Universidade pública, não é justo usar cor de pele como parâmetro. Sabemos que o motivo é sócio-econômico, desde a origem, quando aqui chegaram os navios negreiros cheios de escravos. As pessoas negras foram colocadas à margem da sociedade juntamente com os índios e hoje muitas minorias são também marginalizadas. Conceder cotas não resolvem nada. Os negros, índios, etc. precisam de emprego, saúde e boas escolas públicas de 1 e 2 graus. Assim todos estarão em pé de igualdade na disputa de vagas pelo vestibular.

Em adição à cota [nome do professo], sugiro (ainda ser definida) a cota para Idosos.

Lamentáve! Que tal organizar na FACOM (Faculdade de Comunicação) um debate convidando gente séria, inclusive academicamente qualificada, para discutir o assunto? Se quiser, posso sugerir alguns nomes.

Caros colegas, concordando com a profa., também me parece lamentável o e-mail do prof..... Mas não porque questione cotas para negros, uma vez que o debate é complexo, e várias entidades, ativistas e estudiosos o fazem ainda que a maioria concorde que há de fato acionar políticas e programa pelo acesso e continuidade dos negros no sistema educacional, em vários níveis. Esses de fato chamam atenção que há diferentes formas de equacionar o debate/políticas sobre cotas e que essas ações afirmativas não se confundem. Como também há diversas posições sobre a equação políticas universais e políticas focalizadas.

Esse papo de não limitar as cotas aos negros pobres parece-me de quem legisla em causa própria. Cotas, sim, para os negros pobres e na forma de bolsa, não necessariamente na universidade pública, mas onde o negro pobre passar no vestibular. Chega de elevador de serviço. Os negros devem entrar na universidade, pelo elevador social junto com os brancos. Os negros devem ter oportunidade de estudar na escola superior, pública ou privada, com bolsas do Estado. Ação afirmativa, sim. Cotas, sim, mas onde os negros pobres passarem.

“Todos esses exemplos [os de ações afirmativas em outros países como os EUA, Nigéria, Índia, Malásia, Nova Zelândia] são de países onde se verificavam claramente castas e distinções rígidas...seria este o caso do Brasil? Lembra-se que nos Estados Unidos, por exemplo, os passeios eram reservados pela cor? O que vemos aqui é a distinção sócio-econômica, saldo médio, no popular. Em outras palavras, o problema tem outra cor. Por outro lado, o que percebo é a exploração da cor como proselitismo político por grupos interessados, rachando com a nacionalidade. Em tempo: pesquisa recente nos Estados Unidos mostra um avanço dos brancos na partilha da renda nacional em detrimento de outras etnias, duas décadas após as medidas idealizadas. Portanto...”

“Será que a política de cotas não está funcionando como uma “Lei do Ventre Livre” para reduzir as pressões sobre a qualidade do ensino do curso básico? A meu ver tal tipo de política é um “tratamento coadjuvante”, um analgésico para um doente que precisa de doses cavalares de antibiótico. Esta política de cotas está isolada (...). Por que não se promove melhoria do ensino básico?”

“Não pode em hipótese alguma haver cotas para ninguém. Na vida profissional, não haverá cotas para o seu exercício. Entre quem for mais capaz, e pronto!”

“Também sou totalmente contra o sistema de cotas, principalmente a racial. Sinto algo de oficialização do racismo”

“Não gosto, independente se o assunto em pauta é ou não sério, que o imaginário tome conta do poder da palavra e nem da minha caixa postal... Afinal, o que tem a cor de cada um, haver com cotas para além dos profundos achadados [achados?] das ciências ocultas que tratam das relações desproporcionais entre concentrações de melanina e velocidade das sinapses em seres humanos? Num quero mais brincar disso não, tirem meu nome desta lista. Vou brincar de gente grande”

“Claro que o acesso de pessoas de diferentes classes e grupos raciais enriquece a UFBA, como o Brasil, entretanto o filtro tem que ser o conhecimento e não a criação de outros privilégios. Para fomentar e ampliar esse conhecimento com as classes mais desafortunadas é que se defende a retomada – já – da educação como forma mais democrática de acesso social e econômico”

“(...)O sistema de cotas é um eficiente instrumento de redução das desigualdades sociais e raciais em nosso país. Infelizmente, toda mudança que procura

diminuir desigualdades sociais acaba por atingir privilégios, e em razão disso é preciso que a Reitoria esteja preparada para enfrentar as críticas que virão, e que não serão poucas”

“Não se trata de implantar o racismo. O racismo na universidade já está implantado, faz muito tempo. Nada comprova que os eleitos egressos do vestibular são mais capacitados para ocupar os lugares privilegiados da universidade pública. São, sim, aqueles melhor treinados por cursinhos que ensinam, melhor treinam, o caminho para driblar a barreira do vestibular e para que isto ocorra seus professores desenvolvem técnicas mnemônicas (cantorias, piadas, letanias, etc, que ajudam a lembrar as respostas ‘certas’ das provas, que logo depois serão esquecidas. (...) Existe, então um racismo vigente para privilegiar o ingresso à universidade pública dos jovens herdeiros das camadas médias e altas da sociedade, predominantemente brancas”

E o calor do debate aumentou com a inserção de uma mensagem de uma feminista:

" Queridos amigos,

Para termos certeza de que não se trata apenas de uma defesa de privilégios de cor, seria importante que aqueles emitindo opinião contra ou a favor das cotas se identificassem em termos de cor. Eu sou fenotipicamente branca e totalmente a favor das políticas de ações afirmativas dentre as quais se inclui agora a nossa política de cotas sociais - de ações afirmativas para não brancos. Aliás, devo dizer que ao ler as posições dos colegas (até agora, todos os homens...) contrários a essas políticas, fico temendo pela nossa conquista - a conquista das mulheres - em relação a cotas mínimas nos partidos e sindicatos. Posso até imaginar o tipo de argumento que levantarão quando nós, mulheres, entrarmos com nossas demandas de cotas mínimas de 30% para mulheres e negros nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Congresso Nacional, etc. Afinal, o poder sempre esteve em mãos de homens brancos; não é fácil abrir mão de privilégios milenares..

“Quero registrar o meu mais veemente protesto contra as colocações racistas e discriminatórias da profa....(...) Reconheço em muitos colegas que defendem a propostas de cotas raciais os mesmos ideais de promover a justiça social que me animam, mas o clima de patrulhamento obscurantista que o debate em torno das cotas raciais tem provocado só vem a confirmar o equívoco no direcionamento dessa proposta. Causou-me espécie, desgosto e uma profunda apreensão o fato de ter sido interpelado a declarar a cor da minha pele para que as minhas opiniões como professor dessa instituição, num debate entre colegas, pudesse ser avaliada”

“Concordo inteiramente com o texto do meu colega... Nesse sentido junto-me a [cita o nome de duas professoras]. Já somos pelo menos três mulheres a falar contra os critérios propostos para as cotas”

“.....[Nome da profa.], querida, vocês se esqueceu de dizer que é branca”

A discussão continuou intensa durante mais de dois meses. O que levou uma professora, em abril de 2004, a enviar uma mensagem dizendo que já estávamos iniciando a segunda “rodada” do debate. Se o foco da discussão eram as cotas, também deve ser observado que outros temas, como a política institucional, apareciam nas mensagens dos professores:

“No que diz respeito a um projeto de universidade, mais relevante do que ser contra ou a favor das cotas é a maneira como se chega a essa posição e como ela é expressa. E, pelo que transitou na rede, nós estamos mal. Afinal, se dentro da Universidade a maioria toma posição sobre um tema tão relevante sem antes ouvir especialistas no assunto, pelo menos pra ter idéia do estado arte, o que podemos esperar da sociedade lá fora?”

“Aqui, de longe (de meu pos-doc) tento dar uns pitacos numa questão que, honestamente, não me concerniu tanto nestes últimos tempos, a das cotas para afro-descendentes (menos pelos meus traços fenotípicos, mais por supor que o encaminhamento da discussão poderia ter um tom menos plebiscitário (...) a cultura política da UFBA parece estar em crise, ou, ao menos, o senso de que a institucionalidade das decisões dos conselhos e colegiados (que dão o tom da condução acadêmica e administrativa da UFBA) depende de uma dinâmica permanente de reflexão e discussão sobre temas importantes (isto é, de uma cultura baseada na liberdade para argumentação, mas também na publicidade dos temas importantes)”

Na sua totalidade, as mensagens revelavam que a maioria dos professores era contrária à adoção da proposta, aprovada pelo Consepe, com os seguintes argumentos:

- 1) o Brasil é um país mestiço;
- 2) a concepção de descendência no Brasil não se assemelha a dos Estados Unidos – “one drop rule”
- 3) raça não é um conceito científico
- 4) a dificuldade do acesso dos negros às universidades está baseada na condição de classe (“ eles são pobres”)
- 5) o mérito é a marca de acesso ao sistema de ensino superior
- 6) os estudantes ingressos pelo sistema de cotas encontrarão dificuldades para estudar nas universidades porque a escola pública não é de boa qualidade.
- 7) o sistema de cotas provocará um sistema distintivo na universidade
- 8) cotas são um oportunismo político e uma demagogia
- 9) cotas são uma proposta imperialista, estrangeira

Os professores favoráveis ao sistema de cotas apontavam que:

- 1) seria uma forma de dar acesso às populações negras e indígenas na

universidade.

2) mudaria a cor da universidade nos cursos considerados de prestígio

As posições contrárias ou favor do sistema de cotas nas universidades não significavam uma mera distinção no campo científico, no que tange aos significados da competição científica. Enquanto o campo científico mostra uma tensão constante, monopólio ou manutenção de falas já consolidadas, e mesmo disputas entre correntes teóricas, a postura diante da proposta das cotas nos leva a pensar que as práticas de intelectuais devem ser vistas como práticas sociais. Deste modo, é que as categorias do senso comum se tornam, em certos contextos, categorias usadas por na retórica acadêmica. Vários argumentos contrários às cotas se assemelham ao que se verifica no âmbito do senso comum, e tornaram-se, de algum modo, ideológicas.

Após esse intenso debate virtual, a Reitoria decidiu solicitar às congregações das unidades um posicionamento que adotariam na votação no Conselho Universitário. Nesse período, a imprensa baiana divulgava o que ocorria na UFBA, o que provocou, inclusive, uma maior publicização da reunião do Conselho. Apesar de algumas manifestações contrárias, a proposta foi aprovada por maioria, e o Vestibular de 2005 foi realizado com a reserva de vagas.¹⁰

O escopo

É certo que os dados coletados são passíveis de interpretações, e que os pesquisadores no trabalho empírico e analítico são influenciados por valores. E não podemos negar a nossa postura em relação à adoção das ações afirmativas para negros, indígenas e oriundos da escola pública nas universidades públicas, seja na realização de pesquisas ou na intensa participação no grupo de trabalho que elaborou a proposta aprovada pela UFBA. Ao elaboramos questões e definirmos um escopo de investigação, não podemos escamotear o nosso trabalho realizado no Programa A Cor da Bahia, desde o ano de 1993, seja em pesquisas sobre desigualdades raciais ou na formação de jovens estudantes negros, inseridos em projetos de pesquisa ou no Projeto Tutoria. Mesmo

¹⁰ V. Jocélio Teles dos Santos et alli, *Ações Afirmativas na Universidade pública. O caso da UFBA*. Salvador, Ceao, 2005.

reconhecendo a necessidade da implantação das ações afirmativas no sistema universitário brasileiro, pensamos que a adoção de um único modelo a ser adotado possa ser passível de incongruências no que se almeja: uma célere inclusão de indivíduos negros e indígenas, pobres e de escolas públicas nas instituições acadêmicas, principalmente as consideradas de prestígio. Ou seja, modelos diferenciados de inserção pode nos possibilitar avaliar tanto as escolhas quanto as normas adotadas, o modo como foram implantadas e, principalmente, os resultados alcançados.

Os dados que analisamos, nesse estudo, são referentes aos três vestibulares realizados pela UFBA: o do ano de 2005, já com o sistema de cotas implantado, e dos dois anos anteriores, 2004 e 2003. Embora interessados em acompanhar o desempenho dos estudantes brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas, temos alguns limites. O desempenho na graduação está condicionado ao término dos semestres, algo que será feito durante os próximos dois anos, quando cotejaremos o desempenho dos que ingressaram pelo sistema de cotas com os dos anos de 2003 e 2004. Por isso, este estudo está dirigido, nesse momento, à análise do universo dos inscritos e dos que foram selecionados. A escolha da UFBA, para análise, não é aleatória. Ela se explica pela disposição demonstrada pela coordenação do seu Sistema de Seleção, Orientação e Avaliação (SSOA) em disponibilizar os dados e pelo fato de ser esta a primeira universidade a dispor de série histórica (1998-2005), o que representa um extraordinário acúmulo de dados. Alie-se a isso, a condição da UFBA de mais prestigiada instituição pública de ensino superior do estado da Bahia e, por conseguinte, um espaço de desejo para milhares de estudantes.

O banco de dados dos estudantes inscritos é composto por mais de cem mil registros de candidatos ao processo seletivo no período 2003-2005. Ele é resultado de informações do requerimento de inscrição e de um questionário composto por trinta e quatro itens sobre o estado civil, a escolaridade e a cor do candidato, a ocupação, a escolaridade do pai e da mãe, a renda familiar, entre outras informações. A análise está amparada nas informações do SSOA, o que permitiu, de modo rápido, a montagem de tabelas. Duas partes compõem este trabalho. Inicialmente, procuramos demonstrar qual era o universo dos estudantes que buscavam a UFBA no primeiro vestibular “das cotas”, e no período, imediatamente anterior, 2004 e 2003. O propósito foi comparar momentos e, quem sabe, demandas distintas.

Num segundo momento, analisamos o que significou a introdução do sistema das ações afirmativas. A intenção foi comparar o desempenho dos candidatos e o que isto significava para o acesso aos cursos mais concorridos e considerados de maior prestígio. Uma hipótese preliminar que tínhamos, e que se discutia no Grupo de Trabalho instituído pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (Consepe), era que os cursos que seriam mais afetados pelo novo sistema estariam em torno de dez. E isso precisava ser testado.

Diante do funil

No Vestibular de 2005, a UFBA apresentou aos candidatos dois formulários. Se comparado com os vestibulares anteriores, houve uma única diferença. No formulário que serve de base para a inscrição no sistema, passava a ser obrigatório os candidatos informarem além da origem escolar, se pública ou privada, a sua “etnia”. Para o preenchimento desses campos (14 e 15) havia o indicativo da necessária leitura “cuidadosa” dos anexos onde constavam os artigos e resoluções do Consepe sobre a reserva de vagas. A inclusão do termo *etnia* nos pegou de surpresa, pois o Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação manteve a opção pela *cor ou raça* em um dos formulários e introduziu a “etnia” e a origem escolar em um outro formulário que coleta informações sócio-econômicas dos candidatos.

Aos olhos de quem elaborou as novas questões, tratava-se de diferenciar o que poderia causar confusão no preenchimento dos formulários. A reserva de vagas implicava tanto na identificação pelas cinco categorias da classificação oficial do IBGE (branca, parda, preta, amarela e indígena), no formulário sócio-econômico, quanto na introdução das categorias índio-descendente, “aldeado” e quilombola, no outro formulário, que podemos chamar de base para o sistema. A categoria *etnia* passou, portanto, a indicar tanto a noção de “pertencimento” às sociedades indígenas ou comunidades quilombolas, quanto à identificação das cores preta, parda e indígena. Uma última opção referia-se à categoria “outras”. Quem seriam esses candidatos? Os brancos e os amarelos. Tais critérios foram utilizados com o argumento da operacionalidade do novo sistema, o qual

visava medir desempenho de candidatos diferenciados tendo como norma as resoluções do Consepe.

A inclusão do termo etnia nos parece refletir concepções já cristalizadas em setores médios da sociedade brasileira, algo como uma espécie de guarda-chuva das diferenças. Por um lado, ele pode ser lido como categoria de pertencimento a grupos sociais, étnicos ou raciais, quanto um identificador de cor. Na pesquisa realizada com os estudantes ingressos no ano de 2000, em outras universidades, uma dificuldade analítica se apresentou. Por solicitação de um colega da Universidade Federal do Paraná, além da pergunta sobre a cor dos candidatos, perguntávamos “qual a sua etnia”, sem indicar nenhuma alternativa. O que se buscava era o mapeamento de um possível pertencimento étnico em uma cidade, Curitiba, considerada como “a capital das etnias”.¹¹ As respostas encontradas na UFPR se reproduziam nas outras universidades pesquisadas: UFRJ, UFMA, UnB, e o resultado foi a dificuldade na mensuração das respostas. Se o conceito de etnia é tangível para os antropólogos, ele é lido de modo diferenciado no senso comum, pois pode envolver outros significados como, por exemplo, ser ou ter origem nordestina. O pertencimento regional mostra-se, portanto, como uma categoria explicativa. E vale a pena lembrar que a maioria dos indivíduos pesquisados possuía mais de onze anos de escolaridade e, muitos deles, tinham pais com escolaridade superior completa. Na UFPR, os que tinham pai com curso universitário eram 43,6% enquanto que na UFRJ este índice chegava a 52,9%; na UFBA 34,2% dos selecionados tinham mãe que concluíram o ensino superior, e na UnB o percentual foi de 53,6%. A etnia, quando vista como categoria “aberta”, sem a indicação de alternativas, resultou numa dificuldade estatística. Mas, quando usada como critério de atribuição das diferenças na introdução dos critérios de avaliação, como o foi no Vestibular de 2005 da UFBA, ela se mostrou operante. Estávamos diante da utilização de um critério estritamente amparado na argumentação de um maior rigor na avaliação do sistema e que se amparava também em leituras do senso comum. Obviamente, tal decisão técnica tornou-se um incômodo para os nossos olhares.

No entanto, isso não redundou em polêmica, como ocorreu na decisão da UnB em instituir uma comissão para aferição da cor dos candidatos. A diferença é que a cor na

¹¹ Moraes, Pedro B.de “Notas sobre a pesquisa ‘A cor da Universidade Federal do Paraná’”. In *O negro na universidade*. Delcele. Queiroz..pp.101-112.

UFBA não é um critério absoluto na reserva das vagas, já que esta deve estar estritamente vinculada à origem escolar, este sim, um critério visto como o ponto de partida da aferição do novo sistema. O “pertencimento étnico” na UFBA é usado proporcionalmente a uma simulação da distribuição de brancos, pretos e pardos no sistema público de ensino da Bahia. Nessa direção, a discussão sobre a possibilidade de fraude na classificação “étnica” não se mostrou um pomo de discórdia. E, muito menos, a vetusta discussão sobre a dificuldade em definir quem é negro na sociedade brasileira tornou-se motivo de polêmica. Na avaliação dos que ingressaram, pelo sistema de cotas, vários foram os candidatos que tentaram fraudar o sistema, tanto na identificação da cor quanto da origem escolar. Como o critério básico é ter cursado todo o ensino médio e mais um ano na rede pública, a possibilidade de fraude poderia ser verificada no ato da matrícula. E isso ocorreu, pois no ato de matrícula dezenas de candidatos oriundos do sistema privado de ensino haviam declarado no formulário do vestibular que eram egressos do sistema público de ensino, o que levou a Universidade a recusar-lhes a matrícula.

Como já havíamos sinalizado, o perfil racial da UFBA é uma realidade conhecida desde a década passada. As pesquisas, então realizadas, haviam evidenciado que os negros (pretos e pardos) tinham uma presença menor que os brancos na Universidade, mostrando uma participação ainda mais reduzida se comparada à sua expressão no conjunto da população do estado. Evidenciavam, ademais, que eles eram pouco representativos nos cursos mais concorridos e considerados de maior prestígio social (Queiroz, 2003, 2000, S/d).

Entram em cena os “cotistas”

Se lançarmos o olhar sobre o contingente dos candidatos, focalizando a origem escolar, constataremos que o primeiro vestibular com reserva de vagas para alunos oriundos das escolas públicas não introduziu uma mudança significativa no perfil dos inscritos. No período 1998-2004 o índice dos que fizeram o ensino médio na rede pública de ensino variou de 39,2% a 49,8% . No Vestibular de 2005, o percentual dos inscritos foi até menor que o ano anterior: 49,1%. A diferença com relação aos candidatos oriundos do sistema privado se manteve, mesmo com o a reserva de vagas. Somente no ano de 2004 o percentual de candidatos oriundos da rede pública superou os da rede privada: 49% a

45% . Mesmo sendo uma pequena diferença cabe ressaltar que até o final da década de noventa a diferença entre os dois grupos era bastante acentuada, tendo chegado a 60,5% o percentual dos candidatos oriundos do sistema privado. A expansão do sistema privado do ensino superior em Salvador e na sua região metropolitana, ocorrida nesse período, deve ter provocado uma diminuição desses candidatos na concorrência ao Vestibular da UFBA. Afinal, a Universidade em dez anos não ampliou o número de vagas, principalmente, nos cursos mais concorridos e de maior prestígio. Algumas faculdades e universidades privadas criaram justamente alguns desses cursos como os de Odontologia, Direito, Engenharia, Psicologia e Medicina. Um outro fator apontado por representantes das instâncias superiores da Universidade é que as greves de professores, funcionários e estudantes, ao longo dos anos, teriam provocando um desgaste da instituição perante os candidatos oriundos das escolas privadas. Parece que as instituições privadas estariam a propagar a imagem de que “na UFBA sabe-se quando entra, mas não se sabe quando sai”. Não temos como verificar esse argumento, mesmo que essa imagem esteja presente entre os estudantes da própria universidade.

Se não houve mudança significativa nos percentuais de inscritos egressos tanto do sistema público quanto do privado, ocorreu um aumento dos candidatos que se declararam pretos e pardos oriundos das escolas públicas. O crescimento desses grupos já se manifestava desde o ano de 2002 (52,5%), chegando ao percentual de 63,2%, no vestibular de 2004. Por outro lado, a diminuição dos candidatos brancos é percebida, desde o ano de 2001, tanto em relação aos pardos quanto aos pretos. A participação dos brancos caiu de 48,2%, em 1998, para 27,3%, no ano de 2004, sendo que o número de pardos começa a ser superior ao dos brancos, a partir de 2001. Se a diferença inicial girava em torno de 4%, no ano de 2004 atingirá o percentual de 17%. Em relação aos pretos, a procura pela UFBA é evidenciada desde 1998. É esse grupo que apresenta um crescimento substancial. Sai de 7,0% para 18,5% em 2004. Os que se identificaram como amarelos não tiveram nenhuma mudança, no período 1998-2005, enquanto os indígenas tiveram uma oscilação em torno de 1%. A UFBA, paulatinamente, passou a ser um espaço de maior procura para os estudantes pardos e pretos e, conseqüentemente, de menor procura para os estudantes brancos.

Características dos selecionados

O primeiro estudo sobre o perfil racial dos estudantes da UFBA, em 1997, mostrou que os brancos representavam, naquele momento, 50,2% dos que haviam ingressado na Universidade. O que se observa hoje é que essa participação veio se reduzindo ao longo da década atual. Em 2001 eles respondiam por 44,2% do contingente que ingressou naquele ano (Queiroz, 2003); em 2003 reduziram sua participação para 40,9 %, em 2004 para 35,0% e, em 2005, com a implantação da política de reserva de vagas, passaram a representar pouco mais de um quinto dos selecionados. Essa medida foi responsável por uma redução na presença dos brancos de cerca de treze pontos percentuais entre 2004 e 2005. Embora havendo diminuição na participação desse segmento, isso não significou, de modo algum, prejuízo para seus integrantes, vez que sua participação na Universidade é hoje proporcional ao seu peso no conjunto da população baiana.

Ao contrário, os negros foram se fazendo mais presentes ao longo do período, passando de quase 43% que representavam em 1997, para 51,4% em 2001, 55,4% em 2003, 61,1% em 2004 e, finalmente, com a implantação da reserva de vagas, elevaram sua participação para 74,6%. O crescimento da presença dos negros ficou por conta do aumento da participação dos pardos. O aumento da participação dos pretos foi mais discreto, passando de 13,6% em 2003, para 17,1% em 2005. Isso representa uma mudança no acesso da população negra à Universidade. No entanto, é importante não perder de vista que, se houve uma redução da participação dos brancos em 19,3 pontos percentuais, isto é, de 40,9%, em 2003, para 21,6% em 2005, como apontamos anteriormente, isto significou um equilíbrio entre sua participação na Universidade e sua expressão no conjunto da população baiana. O crescimento na participação dos negros em 19,2 pontos percentuais, ou seja, de 55,4% em 2003, para 74,6% em 2005, ainda não foi suficiente para que eles estejam representados na Universidade, na mesma proporção em que comparecem no conjunto da população do Estado, na qual representam mais de 80% (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo a cor – 2003-2005

cor	2003	2004	2005
Branca	40,9	35,0	21,6
Parda	41,8	46,1	57,5
Preta	13,6	15,0	17,1
Amarela	2,1	2,6	1,8
Indígena	1,6	1,3	2,0
Total	100	100	100

Fonte: SSOA/ UFBA

Essa evidência, contudo, não surpreende. A pesquisa que buscou conhecer a participação de brancos e negros no contingente que se candidata ao vestibular na UFBA (Queiroz, s/d), mostrou que esta seleção, embora especialmente perversa para com os negros, não é o único fator responsável pela sua reduzida presença na universidade. Há fatores outros que se colocam antes do vestibular, impedindo que os negros se apresentem para concorrer, em proporções compatíveis ou superiores ao seu peso no conjunto população, como fazem os brancos. O referido estudo chamava atenção para as barreiras presentes na trajetória escolar e de vida dos estudantes negros, determinando uma reduzida expectativa do grupo com relação ao acesso à universidade.

O fato de ser a UFBA uma instituição cujos cursos têm funcionamento predominantemente diurno, já representa uma interdição para estudantes que necessitam, desde muito cedo, assumir a responsabilidade com a própria sobrevivência e, em muitos casos, com a sobrevivência da família. Tampouco se pode deixar de levar em consideração que o processo de desqualificação a que está sujeito o negro, concorre para afastá-lo da competição pelo acesso à universidade por levá-lo a não se reconhecer com legitimidade para concorrer a um espaço que tem sido, historicamente, um reduto das elites. O efeito desse processo de desqualificação, a que estão submetidos grupos como negros e mulheres, pôde ser observado em estudo anterior (Queiroz, 2001). Ao se buscar comparar o desempenho acadêmico de homens e mulheres, *claros* e *escuros*¹², em dois momentos da trajetória universitária, isto é, no vestibular e terceiro semestre do curso, se pode perceber que os estudantes *claros* (morenos e brancos) tinham, no vestibular, médias mais elevadas num maior número de carreiras. Mas, quando se tratava do rendimento no curso, os *escuros* (mulatos e pretos) atingiam médias mais elevadas na maioria delas. O mesmo acontecia com as mulheres, que apresentavam

¹² Terminologia utilizada naquele trabalho.

desempenho inferior ao masculino no vestibular, mas mostravam um rendimento no curso, superior ao masculino, em quase todas as áreas.

Cor e gênero

A análise das informações revelou que as mulheres tiveram uma redução na sua participação, no período investigado. No início do período, elas tinham uma presença discretamente superior aos homens. Foram, no entanto, perdendo posição, colocando-se, em 2005, num patamar um ponto percentual abaixo da participação masculina, o que significa que o sistema de reserva de vagas não provocou efeito significativo na participação por gênero (Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo o gênero – 2003-2005

Gênero	2003	2004	2005
Homem	48,1	50,7	50,6
Mulher	51,9	49,3	49,4
Total	100	100	100

Fonte: SSOA/ UFBA

O exame da distribuição de homens e mulheres, observando a cor, confirmou o que havia sido mostrado pela tabela anterior; em quase todos os segmentos raciais a presença das mulheres foi se reduzindo ao longo do período analisado. Entre as auto-declaradas pretas, verificou-se, em 2004, uma inversão na participação, frente à presença masculina, havendo uma leve recuperação no ano seguinte. O mesmo não ocorreu com relação às mulheres pardas, que tiveram sua participação reduzida. Apenas entre as auto-declaradas indígenas registrou-se um crescimento constante no período, em que pese continuarem minoritárias (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo a cor e o gênero – (2003-2005)

Cor/Gênero	2003	2004	2005
Branco			
Homem	48,0	51,3	50,5
Mulher	52,0	48,7	49,5
Pardo			
Homem	49,2	49,8	50,4
Mulher	50,8	50,2	49,6
Preto			
Homem	47,5	51,2	50,4
Mulher	52,5	48,8	49,6
Amarelo			
Homem	43,9	42,5	52,8
Mulher	56,1	57,5	27,2
Indígena			

Homem	72,1	57,5	53,3
Mulher	27,9	42,5	46,7

Fonte: SSOA/ UFBA

Perfil educacional e socioeconômico da família

O caráter seletivo da universidade tem sido apontado por diversos estudos. Ribeiro (1987), em sua análise, evidenciava que o contingente que ingressa na universidade brasileira mostra-se muito bem aquinhado em termos de herança familiar e educacional. Também Maggie (s/d) alertava para essa característica, ao sinalizar para a ausência de estudantes pobres nesse espaço, observando que para ingressar na universidade era preciso já possuir certo nível de renda e certo capital cultural. Os estudos sobre a UFBA confirmaram tais análises revelando que, tradicionalmente, tem acesso aos seus cursos um contingente de estudantes cujos pais têm elevados níveis de escolaridade e de renda, isto é, um contingente de elevado *status* (Queiroz, 2001; Brito e Carvalho, 1978).

Ante esse quadro, nos perguntamos: qual foi o efeito das cotas sobre esse caráter da Universidade? As informações acerca do contingente que ingressou em 2005 indicam uma mudança nessa característica da Universidade. Mesmo que de modo discreto, os dados apresentados, a seguir, permitem perceber que houve modificação do perfil escolar das famílias cujos filhos ingressam no último ano; aumentou a participação de estudantes oriundos de famílias de baixa escolaridade, tanto se observado a escolaridade do pai, mostrada nas tabelas 4a e 5a, quanto a escolaridade da mãe, apresentada nas tabelas 4b e 4c, em anexo. Num movimento contrário, reduziu-se a participação dos estudantes oriundos das famílias cuja escolaridade situa-se no nível superior. Essa redução é mais expressiva nos contingentes dos auto-declarados pardos, pretos e indígenas.

Tabela 4a – Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo a escolaridade do pai e a cor - 2004

<i>Escolaridade do pai</i>	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena	Total
Nunca Frequentou a escola	0,6	0,7	2,6	0,0	10,6	1,0
Primário incompleto (menos que 4ª série do 1º grau)	3,7	5,1	10,6	7,5	6,4	5,2
Primário completo (ou 4ª série completa)	2,6	4,8	6,7	4,3	2,1	4,0
Ginásial incompleto (mais que 4ª série do 1º grau)	3,8	5,9	9,3	3,2	8,5	5,3
Ginásial completo (ou 1º grau completo)	3,0	4,3	7,5	5,3	0,0	4,0
Colegial incompleto (ou 2º grau incompleto)	3,8	5,7	3,8	4,3	6,4	4,5

Colegial completo (ou 2º grau completo)	24,7	32,6	34,4	26,6	25,5	28,1
Superior incompleto	9,2	8,5	6,2	8,5	4,3	8,0
Superior completo	46,8	29,7	15,9	36,2	34,0	32,0
Não sabe	1,7	2,6	2,9	2,1	2,1	2,2
Outros *	0,3	0,0	0,9	2,1	0,0	6,1
TOTAL	100	100	100	100	100	100,

Fonte:SSOA/UFBA

Tabela 5a - Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo a escolaridade do pai e a cor - 2005

<i>Escolaridade do pai</i>	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena	Total
Nunca Frequentou a escola	2,3	1,3	2,2	1,4	9,1	1,8
Primário incompleto (menos que 4ª série do 1º grau)	4,5	7,1	11,8	8,3	9,1	7,4
Primário completo (4ª série completa)	3,6	4,8	9,2	1,4	7,8	5,2
Ginasial incompleto (mais que 4ª série do 1º grau)	3,3	7,3	8,2	6,5	7,8	6,5
Ginasial completo (ou 1º grau completo)	3,3	5,2	5,2	5,6	2,6	4,7
Colegial incompleto (ou 2º grau incompleto)	3,9	6,1	9,7	6,9	7,8	6,2
Colegial completo (ou 2º grau completo)	22,2	33,5	33,8	33,3	31,2	30,8
Superior incompleto	10,3	7,5	5,4	12,5	6,5	7,8
Superior completo	45,6	25,2	11,5	22,2	15,6	26,9
Não sabe	1,1	1,9	2,8	1,4	2,6	1,8
Outros *	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0	0,3
TOTAL	100	100	100,0	100	100	100

Fonte:SSOA/UFBA

O que ocorreu em relação à escolaridade, também se pode perceber acerca do nível de renda das famílias daqueles que ingressaram na Universidade, em 2005. Embora a faixa de maior concentração de renda siga sendo a de 5 a 10 salários mínimos, em comparação com o ano de 2004, pode-se constatar um aumento na participação de estudantes com renda familiar até 5 salários mínimos e redução na participação dos que apresentam renda superior a este patamar, conforme tabelas 6a e 6b, a seguir.

Tabela 6a - Distribuição percentual dos estudante segundo a renda familiar e a cor - 2004

Renda familiar	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena	Total
Até 1 Salário Mínimo	0,9	1,4	2,6	4,3	4,3	1,4
Maior que 1 s.m. até 3 s.m.	5,6	14,1	28,1	14,9	17,0	12,4
Maior que 3 sm até 5 s.m.	13,4	19,9	26,6	22,3	23,4	17,6
Maior que 5 s.m. até 10 s.m.	28,9	31,3	25,7	22,3	29,8	27,6
Maior que 10 s.m. até 20 s.m.	24,1	21,2	12,0	17,0	8,5	19,4
Maior que 20 s.m. até 40 s.m.	19,6	10,2	3,8	14,9	6,4	11,9
Maior que 40 salários mínimos	7,2	1,9	1,3	3,2	10,6	3,6
*Outros	0,3	0,1	0,0	1,1	0,0	6,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte:SSOA/UFBA

Tabela 6b - Distribuição percentual dos estudante segundo a renda familiar e a cor - 2005

Renda familiar	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena	Total
Até 1 Salário Mínimo	2,5	2,8	6,7	1,5	3,9	3,4
Maior que 1 s. m até 3 s. m	8,2	20,0	32,5	5,8	29,9	19,5
Maior que 3 s. m até 5 s. m	19,1	27,4	27,7	5,8	26	25,2
Maior que 5 s. m até 10 s. m	25,6	25,1	19,8	13,0	23,4	24,1
Maior que 10 s. m 20 s. m	22,2	15,7	9,4	4,4	14,3	15,9
Maior que 20 s. m até 40 s. m	16,7	7,0	2,8	8,7	1,3	8,3
Maior que 40 salários mínimos	5,3	1,6	0,3	1,5	0,0	2,1
*Outros	0,4	0,4	0,8	59,5	1,2	1,6
Total	100,0	100,0	100	100	100	100

Participação na vida acadêmica

No ano de 2004, os estudantes oriundos de escolas privadas correspondiam a dois terços daqueles que haviam ingressado na UFBA, representando quase o dobro dos estudantes que haviam freqüentado escolas públicas. Os números mostram o efeito da implantação do sistema de reserva de vagas para a democratização do acesso à Universidade, ao evidenciar o expressivo aumento de 17 pontos percentuais na participação desses últimos. Como demonstra a Tabela 7, a seguir, a distância entre os estudantes dos dois tipos de escolas passou a ser de apenas dois pontos percentuais, em favor dos oriundos de escolas públicas.

Tabela 7 - Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo o tipo de escola básica freqüentada – (2003-2005)

Escola	2003	2004	2005
Pública	38,3	33,8	51,0
Privada	61,7	66,2	49,0
Total	100	100	100

Fonte: SSOA/ UFBA

Os pardos e indígenas foram os principais beneficiários do crescimento da participação dos estudantes oriundos da escola pública. Os demais segmentos reduziram sua participação, inclusive os pretos; o branco foi o segmento cuja presença sofreu maior redução (Tabela 8).

Tabela 8 - Distribuição percentual dos estudantes selecionados oriundos de escola pública segundo a cor – (2003-2005)

Cor	2003	2004	2005
Branca	28,0	21,3	11,3
Parda	46,7	47,2	59,7
Preta	21,5	27,3	24,8
Amarela	1,8	2,4	1,4
Indígena	2,0	1,8	2,8
Total	100	100	100

Fonte: SSOA/ UFBA

Também entre os estudantes oriundos da escola privada, verificou-se, em 2005, a elevação da presença dos pardos; os pretos que freqüentaram esse tipo de escola também elevaram, levemente, sua presença, mas reduziu-se a participação dos demais segmentos (Tabela 9).

Tabela 9 - Distribuição percentual dos estudantes selecionados oriundos de escola privada segundo a cor – (2003-2005)

Cor	2003	2004	2005
Branca	48,9	41,9	32,4
Parda	38,8	45,6	55,1
Preta	8,6	8,8	9,0
Amarela	2,3	2,7	2,3
Indígena	1,4	1,0	1,3
Total	100	100	100

Fonte: SSOA/ UFBA

Na Área I - Ciências Exatas e Tecnologia, a comparação da participação dos selecionados por ano de ingresso e por tipo de escola média freqüentada, permite perceber o efeito da política de cotas para modificar o perfil do alunado dos cursos dessa área. Tomamos essa Área, para ilustrar, em razão da presença nessa área de cursos cujas médias para aprovação no vestibular são, com freqüência, elevadas. No curso de Arquitetura, por exemplo, a participação dos estudantes oriundos de escolas públicas elevou-se em 33 pontos percentuais, entre 2004 e 2005. Outro curso da Área, que se mostrava bastante fechado à presença de estudantes oriundos desse tipo de escola é que o de Engenharia Elétrica, cuja elevação foi de 30,5 pontos percentuais. O terceiro curso da Área, a mostrar significativa elevação na participação dos estudantes vindos da escola pública foi o de Engenharia Mecânica, com uma elevação de quase 27 pontos percentuais na sua presença. No curso de Engenharia Química duplicou-se a presença de estudantes que fizeram seu curso médio numa escola dessa natureza, como evidencia a Tabela 10.

Tabela 10 - Distribuição dos estudantes selecionados na Área I - Ciências Exatas e Tecnologia - segundo o tipo de escola freqüentada (2004-2005)

Curso	Tipo de escola					
	2004			2005		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Arquitetura	10,7	89,3	100	43,7	56,3	100
Ciê.n. da computação	27,3	72,7	100	54,4	45,6	100
Engenharia Civil	25,2	74,8	100	44,7	55,3	100
Engenharia de Minas	26,1	73,9	100	46,0	54,0	100
Engenharia Elétrica	14,7	85,3	100	45,2	54,8	100
Engenharia Mecânica	18,7	81,3	100	45,6	54,4	100
Engenharia Química	22,5	77,5	100	44,3	55,7	100
Eng. San. e Ambiental	23,7	76,3	100	45,0	55,0	100
Engenharia de Pesca	33,3	66,7	100	30,0	70,0	100
Engenharia Florestal	61,5	38,5	100	40,0	60,0	100
Geofísica	41,7	58,3	100	60,0	40,0	100
Estatística	61,5	38,5	100	72,5	27,5	100
Geologia	41,7	58,3	100	51,0	49,0	100
Física	66,7	33,3	100	55,0	45,0	100
Química	44,3	55,7	100	55,1	44,9	100

Fonte: SSOA/ UFBA

As tentativas de ingressar na Universidade

Entre 2003 e 2005 ocorreu um aumento crescente no contingente de estudantes que ingressam na Universidade no primeiro vestibular, tanto entre brancos quanto entre negros (pretos e pardos). Entre os brancos e entre os pardos esse aumento foi de cerca de 28 pontos percentuais. Embora menor, também houve crescimento entre os pretos, de 18,3 pontos percentuais, no período. Em todos os anos da série, está entre os brancos o maior contingente que logrou aprovação no primeiro vestibular, reforçando o que se sabe sobre esse contingente. Isso ocorre frente a uma sistemática redução no contingente que tenta o ingresso por mais de uma vez. Entre pretos e entre pardos ocorreu, no período, um crescimento do contingente que já havia prestado vestibular uma vez antes. Em todos os segmentos houve uma redução, no período, daqueles que haviam prestado vestibular duas vezes ou mais. A ampliação da participação, entre os selecionados, do contingente de pretos e pardos que já vinha de tentativas anteriores de ingressar na Universidade, deve ser creditada, seguramente, à política de cotas.

Tabela 11 - Distribuição percentual dos estudantes brancos, pardos e pretos¹³ segundo o número de vezes que prestaram vestibular – (2003-2005)

Nº de vezes	Branco			Pardo			Preto		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Nenhuma vez	21,0	32,3	49,1	18,6	29,8	37,5	14,2	22,0	32,5
Uma vez	32,6	30,2	29,2	29,2	29,8	33,2	29,2	33,2	34,4
Duas vezes	21,5	18,2	12,5	25,3	20,4	16,8	28,1	19,3	17,9
Três vezes	10,7	9,7	5,4	14,3	10,1	7,6	16,4	12,6	10,1
Quatro vezes ou mais	13,9	9,3	3,8	12,4	9,6	4,8	11,3	12,9	4,8
Outros	0,3	0,3	0,0	0,0	0,3	0,1	0,8	0,0	0,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SSOA/ UFBA

Desempenho no vestibular

Contrariando a hipótese, muito frequentemente apresentada no debate sobre cotas, de que a reserva de vagas para negros e oriundos de escolas públicas determinaria um rebaixamento da qualidade do ensino superior, por fazer ingressar na universidade estudantes com baixo nível do desempenho, a análise mostrou que entre 2003 e 2005, houve elevação no ponto de corte das notas do vestibular, como se pode perceber na tabela 12 a seguir.

Tabela 12 - Ponto de corte das notas no vestibular – (2003-2005)

Ano	Primeira fase	Segunda fase
2005	5.117,4	5.089,5
2004	5.099,8	5.056,4
2003	5.018,7	5.009,3

Fonte: SSOA/ UFBA

Examinando o desempenho médio dos estudantes em cada um dos cursos, pode-se perceber que também esse dado evidencia que a reserva de vagas não provocou o efeito negativo esperado. É pouco expressiva a diferença entre as médias dos anos de 2003, 2004 e de 2005. O exame das médias dos cursos considerados de maior prestígio social, cuja concorrência se dá entre aqueles estudantes de mais elevado desempenho, como o curso de Medicina, por exemplo, confirmam que a diferença de médias no período observado é muito pouco relevante. Outros cursos, também com esse perfil, como

¹³ Embora considerando que há uma cota para os estudantes brancos oriundos de escolas públicas, deixamos de incluí-los na tabela 14b porque o percentual destinado a eles não chega a provocar diferenças perceptíveis na participação dos brancos.

Engenharia Elétrica, Direito, Odontologia, Ciência da Computação, Administração, demonstram a pouca influência que a introdução do sistema de reserva de vagas exerceu sobre o comportamento da média de aprovação (Tabela 13a). Isso se repete nos cursos dos demais níveis de prestígio, como se pode constatar, nas tabelas 13b, 13c, 13d, 13e e 13f, em anexo.

Essa constatação não surpreende. Em trabalho anterior, buscou-se analisar a hipótese do insuficiente desempenho, no vestibular, de estudantes negros, oriundos de escolas públicas para frequentar cursos de alto prestígio social, como os apresentados na tabela 14a, abaixo. Para isso, em 2001, se procurou verificar a presença de estudantes negros oriundos de escolas públicas, entre os aprovados no vestibular, para tais cursos, e não classificados por “falta de vagas”. O resultado mostrou um contingente de 576 estudantes com essas características (Queiroz, 2003).

Tabela 13a – Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular em curso de *alto* prestígio –2003-2005 ¹⁴

<i>Curso</i>	2003	2004	2005
Medicina	7,3	7,4	7,2
Bacharelado em Ciências da Computação	6,6	6,5	6,3
Engenharia Elétrica	7,1	7,2	6,7
Direito	6,8	6,8	6,6
Odontologia	6,2	5,9	5,7
Psicologia	6,4	6,3	6,0
Engenharia Civil	5,7	5,7	5,6
Engenharia Mecânica	6,0	6,3	6,1
Engenharia Química	6,2	6,2	6,2
Administração	6,2	6,0	5,9
Arquitetura	5,9	5,7	5,6

Fonte: SSOA/ UFBA

Participação e “prestígio” do curso

A análise da participação dos estudantes selecionados em cursos considerados de elevado prestígio social mostrou uma situação bastante animadora. Pode-se constatar uma significativa elevação na participação dos segmentos raciais beneficiados pela política de cotas, isto é, um aumento da presença, sobretudo, de negros e indígenas em cursos que sempre foram pouco acessíveis para esses segmentos (Tabela 14a).

¹⁴ A classificação de prestígio dos cursos resultou de um levantamento realizado em 1997 com empresas da área de recursos humanos sobre o valor das profissões (v. Queiroz, 2000)

Tabela 14a - Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo a cor e o ano de ingresso, em cursos de *Alto-Prestígio* – 2004 e 2005

Curso	Cor/Ano									
	Branca		Parda		Preta		Amarela		Indígena	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Medicina	39,6	21,7	51,7	68,2	6,7	6,4	0,7	1,3	1,3	2,4
Direito	44,0	22,7	45,7	61,1	8,0	11,6	1,7	0,5	0,6	4,1
Odontologia	39,1	20,3	48,7	69,7	7,9	10,1	1,7	-	2,7	-
Administração	41,4	21,2	46,2	58,3	8,3	13,9	2,7	4	1,4	2,6
Ciência da Computação	38,5	16,2	31,0	60,3	10,8	17,6	1,5	4,4	1,5	1,6
Engenharia Elétrica	51,5	26,3	41,2	46,1	4,4	25,0	1,5	1,4	1,4	1,2
Psicologia	37,7	22,8	49,4	57,0	10,4	15,2	-	2,5	2,5	2,5
Engenharia Civil	46,8	29,6	42,4	53,5	7,2	17,0	3,6	-	-	-
Engenharia Mecânica	44,0	27,8	46,7	57,0	8,0	15,2	1,3	-	-	-
Arquitetura	43,7	31,9	44,7	52,1	8,7	10,9	2,9	4,2	-	0,9
Engenharia Química	31,0	26,6	49,3	57,0	14,1	12,7	4,2	1,3	1,4	2,5

Fonte: SSOA/ UFBA

A Tabela 14b, a seguir, apresenta, em percentuais, a magnitude da elevação da presença dos segmentos beneficiados pelas cotas, nos cursos de *alto-prestígio*. Como no momento anterior à adoção das cotas a participação dos pretos e indígenas era muito reduzida nesses cursos, os aumentos mais expressivos se verificaram justamente entre eles. Em razão da baixa participação desses segmentos raciais, em alguns cursos, o incremento da presença deles tem uma magnitude espantosa, como no curso de Engenharia Elétrica, por exemplo, em que houve uma elevação da presença de pretos entre 2004 e 2005, de 533,3%; entre os indígenas, a participação no curso de Direito mostra também uma elevação muito expressiva, como se pode constatar.

Tabela 14b – Distribuição dos estudantes selecionados para os cursos de *alto-prestígio* por cor. 2004 e 2005.

Curso	Cor/Ano								
	Parda			Preta			Indígena		
	2004	2005	Variação %	2004	2005	Variação %	2004	2005	Variação %
Medicina	77	107	39,0	10	10	0,0	02	04	100,0
Direito	80	121	51,3	14	23	64,3	01	08	700,0
Odontologia	56	83	48,2	09	12	33,3	03	0,0	0,0
Administração	67	88	31,4	12	21	75,0	02	04	100,0
Ciên. da Computação	31	41	32,3	07	12	71,4	01	01	0,0

Eng. Elétrica	28	35	25,0	03	19	533,3	01	01	0,0
Psicologia	38	45	18,4	09	12	33,3	02	02	0,0
Eng. Civil	59	85	44,1	10	27	170,0	0,0	0,0	0,0
Eng. Mecânica	35	45	28,6	06	12	100,0	0,0	0,0	0,0
Arquitetura	46	62	34,8	09	13	44,5	0,0	01	0,0
Engenharia Química	35	45	28,6	10	10	0,0	01	02	100,0

Fonte: SSOA/ UFBA

Considerações finais

A análise dos dados UFBA nos permite afirmar que a introdução de um programa de ações afirmativas para alunos oriundos das escolas, negros e índios possibilitou a inserção de estudantes que pelo tradicional sistema universal não teriam logrado êxito em cursos mais competitivos como Medicina, Direito ou Odontologia. Em relação ao desempenho argumentamos que o modelo adotado pela UFBA indica que os alunos “cotistas” têm plenas condições de obter um bom desempenho nos distintos cursos, afinal o ponto de corte continua a ser um medidor de rendimento no vestibular, o que indica a necessidade dos estudantes de se empenharem nos seus estudos.

Pensamos que os dados aqui apresentados contribuem para um melhor debate acadêmico tanto para as universidades que implantaram algum sistema de cotas quanto para aquelas que resistem à sua adoção. Esse debate ainda se encontra restrito, sobremaneira, ao âmbito de interpretações do que as relações raciais poderiam provocar ao país.¹⁵ E os temores são, por vezes, exagerados. Essa argumentação repousa em visões de que a adoção do sistema de cotas representa uma racialização semelhante ao que ocorreu, principalmente, nos Estados Unidos ou países africanos como o Zimbábue ou África do Sul. É necessário salientar que a maioria das universidades adotou um sistema de cotas, a partir do apoio decisivo de suas reitorias, o que indica menos uma adoção da racialização que um discurso manifesto publicamente de inclusão social. Afinal, as administrações centrais continuam sendo refratárias à adoção, *ips literis*, de discursos e práticas dos movimentos negros e são compostas, na sua grande maioria, por indivíduos oriundos das camadas médias e que se auto-classificariam como brancas. Nesse sentido, insistir no conceito de raça como algo explicativo em todo esse processo

¹⁵ Ver as inúmeras matérias em jornais como Folha de São Paulo, O Globo, no site do Projeto Observa: www.ifcs.observa.ufrj.br, e a revista Horizontes Antropológicos, n.23, 2005.

é reiterar a operacionalidade de um conceito ainda com bases de interpretação sobre fenômenos dos séculos passados. Um exercício de anacronismo.

Um olhar mais acurado indicaria que desde o período da redemocratização vêm sendo implementadas novas políticas por parte do Estado. A emergência de conceitos e representações sobre a necessária história da presença dos “vencidos e esquecidos”, nos anos oitenta, já mostrava uma política de representação institucionalizada, principalmente no âmbito da cultura (v.Santos, 2000.)¹⁶. Por outro lado, desde o final dos anos noventa, segmentos empresariais têm assumido um discurso de “responsabilidade social” que se traduz em apoio a eventos, seminários e cursos, por exemplo, de entidades negras. E não nos parece que esse segmento esteja a utilizar como ferramenta analítica o conceito de raça ou que com suas ações queiram racializar a sociedade brasileira.

A temida racialização no espaço acadêmico ainda não aconteceu na Universidade Federal da Bahia, e não temos indícios de que vá acontecer. Afinal, nos dois semestres seguintes à implantação do sistema de cotas a nossa percepção, ainda sem base analítica, é que a instituição absorveu o discurso de inclusão social. Mesmo que um determinado professor da Escola Politécnica tenha dito aos calouros que não “iria dar mole para os estudantes cotistas”, não temos informações que impliquem em mudanças racializadoras no discurso dos gestores ou do corpo docente da universidade. De todo modo, mudanças radicais ocorreram no ingresso em 1995. O número de estudantes oriundos da escola pública cresceu, substancialmente, nos cursos de prestígio, fazendo com que em faculdades tradicionais seja perceptível um aumento da “cor” nas salas de aula. Resta saber o que isto provocará em termos de novas práticas e discursos sobre a diversidade na sociedade brasileira e, conseqüentemente, nas nossas instituições.

O resultado da análise empreendida, neste trabalho, evidenciou a política de cotas, adotada pela UFBA, como um significativo instrumento para promover a democratização do acesso ao ensino superior. A reserva de vagas mostrou-se capaz não apenas de ampliar, de modo expressivo, o acesso do contingente de estudantes oriundos de escolas públicas, como permitiu que ingressassem na Universidade, em cursos de

¹⁶ Santos, Jocélio Teles dos Santos. *O poder da cultura e a cultura no poder*. Tese de Douramento apresentada na FFLCH-USP, 2000.

elevada concorrência e que desfrutam de grande prestígio social, segmentos raciais que, embora demonstrando desempenho necessário, vinham sendo, sistematicamente, afastados dessa possibilidade, em razão da reduzida oferta de vagas pela Universidade e do sistema classificatório para o seu preenchimento.

No entanto, embora reconhecendo a virtude da política de cotas, a pertinência da sua adoção, enquanto medida emergencial, num contexto marcado pela exclusão de grandes segmentos sociais do acesso à universidade, é preciso não perder de vista seus limites. O quadro revelado pela presente análise sinaliza para urgência de uma política educacional que seja capaz de ampliar a oferta de educação superior pública, no Estado.

A ampliação da participação dos estudantes que fizeram sua formação básica na escola pública, não deve nos iludir a respeito da capacidade da maior parte dessas instituições de oferecer a adequada educação para estudantes das camadas populares. Os estudos sobre a realidade da escola pública brasileira não deixam dúvida sobre o longo caminho que ainda é preciso percorrer, para que o Estado possa, efetivamente, oferecer uma educação básica adequada.

Referências

Brito, Luiz N. e Carvalho, Inaiá M. de. Condicionantes sócio-econômico dos estudantes da Universidade Federal da Bahia. Salvador, CRH/UFBA, 1978.

Maggie, Yvonne. “Graduação e Pós-Graduação nas Ciências Humanas no Brasil: desafios e perspectivas”. IFICS – UFRJ. s./d., (mimeo.)

Queiroz, Delcele M. “Desigualdades raciais no ensino superior: A cor da UFBA”. In: Queiroz D. M. A Cor da UFBA: desigualdades raciais no ensino superior. In: Queiroz *et. al.* *Educação, racismo e anti-racismo*. Programa A Cor da Bahia/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, Novos Toques, n.4, 2000, 11-44.

Queiroz, Delcele M. O vestibular e as desigualdades raciais. In: Oliveira Iolanda e, Silva, Petronílla Beatriz Gonçalves e. NEGRO e Educação. Identidade Negra. Pesquisas sobre negro e a educação no Brasil. Rio de Janeiro, ANPED/Ação Educativa , S/D, 5-16.

Queiroz, Delcele M. Ensino superior no Brasil e ações afirmativas para negros. *UNIVERSIDADE E DIVERSIDADE*. ANDES, Ano XII, nº 29, março de 2003, 57-60

Queiroz, Delcele M. Raça, Gênero e educação superior. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, FAGED/UFBA, 2001, (Tese de Doutorado)

Queiroz, Delcele M *et. al.* “O estado da arte na pesquisa sobre negro no ensino superior”. 28ª Reunião Anual da Associação de pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPED, Caxambu, 2005.

Queiroz, Delcele M. “Desigualdades raciais no ensino superior: A cor da UFBA”. In: Queiroz D. M. *et. al.* *Educação, racismo e anti-racismo*. Programa A Cor da Bahia/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, Novos Toques, n. 4, 2000, 11- 44.

Ribeiro, Sérgio Costa. “A visão dos professores das IES hoje”. *Seminário vestibular hoje*. Brasília. MEC, 1987.

ANEXOS

Tabela 4b- Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo a escolaridade da mãe e a cor - 2004

Escolaridade da mãe	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena	Total
Nunca freqüentou a escola	0,3	0,9	2,9	2,1	8,5	1,1
Primário incompleto (menos que 4ª série do 1º grau)	2,2	4,2	7,8	1,1	6,4	3,8
Primário completo (4ª série completa)	2,2	3,0	6,9	2,1	4,3	3,2
Ginásial incompleto (mais que 4ª série)	3,1	4,6	11,8	10,6	4,3	5,0
Ginásial completo (ou 1º grau completo)	2,6	4,7	5,8	7,5	2,1	3,9
Colegial incompleto (ou 2º grau incompleto)	3,8	4,5	6,9	7,5	4,3	4,4
Colegial completo (ou 2º grau completo)	27,9	37,8	38,8	25,5	29,8	32,2
Superior incompleto	10,3	7,8	4,6	12,8	12,8	7,9
Superior completo	46,3	31,5	14,0	28,7	27,7	31,6
Não sabe	0,9	0,7	0,4	1,1	0,0	0,7
Outros *	0,5	0,3	0,0	1,1	0,0	6,3
Total	100	100	100	100	100	100

Tabela 5b - Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo a escolaridade da mãe e a cor - 2005

Escolaridade da mãe	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena	Total
Nunca freqüentou a escola	2,3	1,3	1,6	0,0	5,2	1,6
Primário incompleto (menos que 4ª série do 1º grau)	2,7	5,2	10,1	4,2	7,8	5,5
Primário completo (4ª série completa)	2,4	4,5	7,5	5,6	7,8	4,5
Ginásial incompleto (mais da 4ª série)	3,4	7,0	10,7	4,2	5,2	6,7
Ginásial completo (1º grau completo)	3,1	4,0	4,8	4,2	6,5	3,9
Colegial incompleto (2º grau incompleto)	4,3	7,2	6,6	2,8	11,7	6,4
Colegial completo (2º grau completo)	28,8	39,0	43,0	41,7	35,1	37,0
Superior incompleto	7,9	7,0	3,9	9,7	6,5	6,7
Superior completo	44,7	24,2	11,3	27,8	14,3	26,1
Não sabe	0,4	0,5	0,3	0,0	0,0	0,4
Outros *	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	1,1
Total	100	100	100	100	100	100

Tabela 13b - Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular em curso de *alto médio* prestígio - 2003-2005 ¹⁷

Curso	2003	2004	2005
Comunicação- Jornalismo	6,5	6,4	6,4
Comunicação - Produção Cultural	6,1	6,0	5,8
Ciências Econômicas	5,9	5,8	5,8
Ciências Contábeis	5,5	5,5	5,4
Medicina Veterinária	5,4	5,4	5,4
Enfermagem	5,6	5,7	5,7
Engenharia Sanitária e Ambiental	6,2	6,0	5,9
Nutrição	5,6	5,5	5,5
¹⁸ Química Industrial	5,2	5,4	5,5
Engenharia de Minas	5,0	5,1	5,4
Pedagogia	5,1	5,0	5,0

Fonte: SSOA/ UFBA

Tabela 13c – Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular em curso de *médio* prestígio– 2003-2005

Curso	2003	2004	2005
Letras Vernáculas com Língua Estrangeira	5,7	5,6	5,6
Desenho Industrial	5,9	5,9	5,7
Farmácia	5,9	5,8	5,8
Educação Física	5,3	5,4	5,3
Ciências Sociais	5,7	5,7	5,7
Língua Estrangeira	5,7	5,6	5,5
Artes Plásticas	5,5	5,5	5,3
Matemática	5,8	5,7	5,9
Letras Vernáculas	5,6	5,5	5,5
Química	5,2	5,4	5,5
Agronomia	4,6	4,9	4,9
Secretariado Executivo	4,9	4,9	4,8

Fonte: SSOA/ UFBA

¹⁸ O curso de Química industrial integrou-se ao curso de Química, Licenciatura e Bacharelado.

Tabela 13d – Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular em curso de *médio-baixo* prestígio – 2003-2005

Curso	2003	2004	2005
Artes Cên. – Inter.	5,8	5,7	5,7
História	6,1	5,9	5,9
Ciências Biológicas	5,8	5,8	5,8
Física Lic. E Bac.	5,6	5,6	5,6
Física Lic. (noturno)	5,6	5,4	5,6
Filosofia	5,3	5,4	5,5
Música	5,5	5,5	5,5
Artes Cên. – Direção	5,5	5,6	5,7
Geofísica	5,8	5,9	5,7
Artes Cênicas – Lic.	5,3	5,5	5,4
Dança	5,5	5,4	5,5
Comp. E Regência	5,5	5,4	5,2
Geologia	4,8	5,0	4,8
Estatística	5,2	4,9	4,9

Fonte: SSOA/ UFBA

Tabela 13e – Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular em curso de *baixo* prestígio – 2003-2005

Curso	2005	2004	2003
Instrumento	5,5	5,3	5,5
Geografia	5,3	5,5	5,3
Canto	6,0	5,4	5,8
Museologia	5,2	5,1	5,2
Biblioteconomia	4,9	4,9	4,8
Desenho e Plástica	5,1	5,1	5,3
Licenciatura em Ciências Naturais	4,9	4,9	5,0

Fonte: SSOA/ UFBA

Tabela 13f – **Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular em Outros¹⁹ curso– 2003-2005**

Curso	2003	2004	2005
Fonoaudiologia	5,8	5,5	5,4
Curso Superior de Decoração	5,7	5,5	5,6
Zootecnia	0,0	0,0	4,7
Engenharia de Pesca	0,0	0,0	4,7
Engenharia Florestal	0,0	0,0	4,8
Arquivologia	4,7	4,8	4,8
Oceanografia	0,0	5,9	5,9

Fonte: SSOA/ UFBA

¹⁹ Outros referem-se aos cursos implantados na UFBA, posteriormente, ao momento em que foi realizado o levantamento que resultou na escala de classificação do prestígio social.

Tabela 15a – Distribuição das médias dos estudantes selecionados no vestibular cotistas e não cotistas em curso de *alto* prestígio – 2005

<i>Curso</i>	1º Classificado cotista	1º Classificado não-cotista	Ultimo classificado cotista	Ultimo classificado não-cotista
Medicina	7,8	8,3	4,7	7,3
Bacharelado em Ciências da Computação	7,0	7,9	4,7	6,1
Engenharia Elétrica	7,4	8,1	4,9	6,7
Direito	8,1	7,8	4,4	6,7
Odontologia	6,3	7,3	4,2	5,8
Psicologia	6,5	6,8	4,4	6,0
Engenharia Civil	7,5	7,7	4,6	5,3
Engenharia Mecânica	6,6	8,1	4,7	6,2
Engenharia Química	7,1	8,2	5,1	6,0
Administração	6,5	7,2	5,0	5,8
Arquitetura	6,8	8,1	4,4	5,6

Fonte: SSOA/ UFBA

Tabela 15b - Distribuição das médias dos estudantes selecionados no vestibular cotistas e não cotistas em cursos *alto médio* prestígio - 2005

Curso	1º Classificado cotista	1º Classificado não-cotista	Ultimo classificado cotista	Ultimo classificado não-cotista
Comunicação-Jornalismo	7,3	7,3	5,0	6,4
Comunicação - Produção Cultural	6,7	7,1	5,0	5,8
Ciências Econômicas	6,5	6,8	4,8	5,6
Ciências Contábeis	5,9	6,4	4,6	5,1
Medicina Veterinária	6,2	7,0	4,7	5,1
Enfermagem	6,8	7,1	4,6	5,7
Engenharia Sanitária e Ambiental	6,1	7,6	4,7	6,1
Nutrição	5,7	6,6	4,6	5,3
Química Industrial	7,0	6,8	5,0	5,1
Engenharia de Minas	5,9	6,6	4,6	5,1
Pedagogia	5,5	6,1	4,2	4,8

Fonte: SSOA/ UFBA

Tabela 15c – Distribuição das médias dos estudantes selecionados no vestibular cotistas e não cotistas em curso de *médio* prestígio– 2005

Curso	1º Classificado cotista	1º Classificado não-cotista	Ultimo classificado cotista	Ultimo classificado não-cotista
Letras Vernáculas com Língua Estrangeira	7,1	6,4	4,6	5,2
Desenho Industrial	6,4	6,4	4,9	5,5
Farmácia	6,6	6,9	4,6	5,7
Educação Física	5,7	6,1	4,0	5,1
Ciências Sociais	6,6	6,7	4,7	5,5
Língua Estrangeira	6,3	6,4	5,0	5,2
Artes Plásticas	6,5	6,5	4,4	4,7
Matemática	7,0	7,6	5,1	5,4
Letras Vernáculas	6,6	7,9	4,6	5,1
Química	7,0	6,8	5,0	5,1
Agronomia	5,6	6,4	4,2	4,6
Secretariado Executivo	5,9	5,5	4,5	4,5

Fonte: SSOA/ UFBA

Tabela 15d – Distribuição das médias dos estudantes selecionados no vestibular cotistas e não cotistas em curso de *médio-baixo* prestígio – 2005

Curso	1º Classificado cotista	1º Classificado não-cotista	Ultimo classificado cotista	Ultimo classificado não-cotista
Artes Cên. – Inter.	5,7	6,2	5,3	5,7
História	6,5	7,2	4,5	5,8
Ciências Biológicas	6,5	8,0	4,9	5,6
Física Lic. E Bac.	6,3	7,2	4,7	5,2
Física Lic. (noturno)	6,1	7,4	4,7	5,1
Filosofia	6,1	6,5	4,5	5,0
Música	5,7	5,9	5,0	5,3
Artes Cên. – Direção	5,9	6,1	4,9	5,7
Geofísica	6,0	6,4	5,2	5,5
Artes Cênicas – Lic.	5,9	5,5	5,1	5,0
Dança	6,1	6,2	4,7	5,4
Geologia	5,3	5,9	4,3	4,4
Estatística	5,5	6,9	4,5	4,5

Fonte: SSOA/ UFBA

Tabela 15e – Distribuição das médias dos estudantes selecionados no vestibular cotistas e não cotistas em curso de *baixo* prestígio – 2005

Curso	1º Classificado cotista	1º Classificado não-cotista	Último classificado cotista	Último classificado não-cotista
Instrumento	5,8	6,5	4,6	5,4
Geografia	6,1	6,2	4,5	5,0
Museologia	6,1	6,3	4,6	5,1
Biblioteconomia	5,5	5,4	4,6	4,7
Licenciatura em Ciências Naturais	5,3	6,1	4,3	4,8

Fonte: SSOA/ UFBA

Tabela 15f – Distribuição das médias dos estudantes selecionados no vestibular cotistas e não cotistas em Outros curso– 2005

Curso	1º Classificado cotista	1º Classificado não-cotista	Último classificado cotista	Último classificado não-cotista
Fonoaudiologia	5,4	6,3	4,7	5,5
Curso Superior de Decoração	5,8	6,1	5,1	4,7
Engenharia Florestal	5,3	5,5	4,4	4,4
Arquivologia	5,6	5,5	4,5	4,5
Oceanografia	6,2	7,3	5,1	5,9

Fonte: SSOA/ UFBA